

AS INDÚSTRIAS MATO- -GROSSENSES NO OLHAR DE VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

THE MATO GROSSENS INDUSTRIES IN THE
LOOK OF VIRGÍLIO CORRÊA FILHO

Neila Maria Souza Barreto

Membro Efetivo do IHGMT. Jornalista e Mestre em História pela
UFMT. Neila.barreto@hotmail.com

RESUMO: Nos cinco longos capítulos que integram o livro, o autor, intencionalmente, analisa, numa variação sobre o mesmo tema: Indústrias, onde descreve e analisa a indústria açucareira, a cultura algodoeira, a cultura cafeeira, a poaia e a indústria seringueira, em Mato Grosso. O hábil pesquisador apaixonado pelos temas mato-grossenses, teórico de espírito lúcido, leva o leitor a discernir com rigor gramatical e comunicação os diferentes aspectos das indústrias mato-grossenses, à época, analisando os ciclos econômicos decorrentes da reestruturação produtiva ocorrida nas indústrias, a partir de 1726 a 1926, cujo livro foi publicado em 1945.

Palavras-chave: Indústrias. Ciclos econômicos. Mato Grosso.

ABSTRACT: Throughout the 5 long chapters that integrate the book, the author, intentionally, analyzes a variation about the same topic: Industries, where he describes and analyzes the sugar industry, the cotton culture, the coffee culture, the Poaia culture and the natural rubber of Mato Grosso. The skilled researcher passionate about topics referring to Mato Grosso, theorist of the lucid spirit takes the reader to distinguish with grammatical rigor and communication all the different

aspects of the industries in Mato Grosso at that time, describing the economic cycles resulted from the productive restructure that happened in the industries between 1726 and 1926, which book was published in 1945.

Keywords: Industries. Economic cycle. Mato Grosso.

Virgílio Alves Corrêa Filho foi um escritor mato-grossense famoso por sua literatura de tom voltado à história regional e as atividades políticas e econômica ali desenvolvidas. Nasceu em Cuiabá-MT, aos 9 de janeiro de 1887. Seus primeiros estudos foram feitos em sua terra natal. O superior junto à Faculdade de Engenharia do Rio de Janeiro. Em Cuiabá, ficou conhecido pela intensa produção de importantes ensaios sobre a história local (*Jornal O Estado de Mato Grosso*, 1957). Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de setembro de 1973.

Corrêa Filho, em sua obra “*As Indústrias Mato-grossenses*” iniciam, com três páginas inteiras, destacando as obras escritas ao longo de sua existência até o ano de 1945. O texto baseia-se em inquietações a respeito de aspectos industriais, nos quais a interatividade se acrescenta para a produção dos diferentes ciclos econômicos, tais como açúcar, algodão, café, poaia e seringa. Lembra, também, das dificuldades que teve na publicação de suas produções históricas, à semelhança dos tempos atuais. Deixando os seus agradecimentos, inicia as suas quase 150 páginas de informações sobre as indústrias em Mato Grosso, a partir do ano de 1726.

INDÚSTRIA AÇUCAREIRA

Informa que o início da produção açucareira pode ser datada de 1727, conforme informou o cronista José Barbosa de Sá. No entanto, questiona em sua narrativa a afirmação do mesmo cronista, que datou a produção inicial da indústria açucareira no ano de 1728, relacionando as plantas de canas em redutos próximos às tribos Guató, Xacororé e outras.

Nomina como pioneiro no plantio da cana o brigadeiro Antônio de Almeida Lara, que saiu à procura da muda equipado de duas canoas de guerra, algumas montarias com escravos, alguns homens brancos e boas armas. Ao final de dois meses, conseguiram muitas canas, cujas peças o brigadeiro estocou para venda no ano seguinte.

No entanto, Almeida Lara não contava com os roubos, por parte de seus escravos, que as vendiam aos interessados. Com isso, apareceram as pequenas moendas e as destilarias, formadas em tachos, dando início ao comércio das (águas-ardentes) de cana, cujo frasco era vendido a cinco e a seis oitavas de ouro, conforme relata Corrêa Filho.

Por outro lado, Virgílio chama a atenção para o relato feito por Barbosa de Sá, que se esquecera de mencionar que: “[...] os Guatós, moradores dos pantanais, tiveram a sua disposição o vasto celeiro dos arrozais nativos pelos quais introduziam as suas hábeis canoas, as quais atestavam de abundantes rações nutritivas, mas que também, colhessem cana de açúcar, de cujas roças fossem Almeida Lara para retirar mudas em 1728, o que não é fácil de acreditar”. (CORRÊA FILHO, 1945, p. 12)

Nesse sentido, Corrêa Filho adverte os leitores para a correção da data, afirmando ser 1726 o início da indústria açucareira, fundamentado no testamento verídico de João Antônio Cabral Camelo, cujas “*Notícias Práticas das Minas do Cuiabá e Goias*”, no título de propriedade do sítio fundado pelo brigadeiro, na Chapada, que Rodrigo Cesar e Menezes assinou, ainda em São Paulo, aos 25 de janeiro de 1726, a favor do Tenente Coronel Antônio de Almeida Lara. Este, fundou fazendas de roças, canaviais e de pecuária na região da Chapada. Justifica, ainda, que João Antônio Cabral Camelo registrou que: “[...] quando eu cheguei ao Cuiabá, em 21 de novembro de 1727, havia um único engenho, distante de dez a doze léguas da Vila,

no sitio chamado Chapada de propriedade de Almeida Lara”. (IBIDEM, p. 13)

Em 1730, conforme Corrêa, a indústria açucareira era composta por cinco engenhos, todos localizados à margem do rio, uma vez que encontrou férteis solos cuiabanos.

Corrêa Filho denomina Antônio de Almeida Lara de “pioneiro” na lavoura açucareira, quando afazendou-se em Buriti, nas circunjacências de Cuiabá. Sertanista, filho de João Raposo da Fonseca, capitão-mor e Regente, seguiu os passos do padrao Sebastião Pinheiro. Em defesa de suas terras agiu com crueldade contra os índios Paiaçuá, que molestavam as monções em 1731. Igualmente agiu contra os Guaicuru, aliados dos Paiaçuá, por meio de uma tranqueira de paus estacados, onde vestiu o cacique da tribo de camisa encarnada, meias, sapatos e um frexado à cinta e mandou-o em busca de seus companheiros. O cacique foi e voltou acompanhado do seu povo. Adentrou à fazenda com alguns e o outros ficaram de fora, montados em cavalos devidamente armados.

O Brigadeiro Almeida Lara prendeu alguns Guaicuru, cortou suas orelhas e soltou-os para buscarem os seus exércitos. Corrêa Filho não menciona se tais índios voltaram, ou não.

Em seguida descreve que a colheita mineira diminuiu, o que o levou às portas da falência. Porém, Lara, quando seguiu viagem para o distrito de Mato Grosso (Guaporé) e, a cavalo, tropeçou em um objeto rutilante. Eram pepitas de ouro, reunidas em um opulento caldeirão, com que Lara evitou a falência. Voltou abastado e tornou o seu sítio em lugar de passeios e caçadas praticados pelas principais autoridades cuiabanas.

No planalto, prosperou suas lavouras, inclusive, de cana-de-açúcar, trazida de São Paulo, as quais alastraram de Buriti para as circunjacências, tanto Serra Acima como pelas margens do Rio Cuiabá, chegando

até terras espanholas. Nesses locais vicejaram fábricas de açúcar e o planalto foi escolhido para a montagem dos melhores engenhos, próximos aos caminhos terrestres, rota dos tropeiros a serviço do comércio local.

Assim, desenvolveram as maiores fábricas de açúcar, enquanto estacionava a plantação na baixada, que, progressivamente, deixaria de ser transitada pelas canoas viageiras, ameaçadas de assalto pelos Paiaguá, assim que entravam em águas paraguaias, do São Lourenço ao Taquari. A dificuldade de transporte pela encosta acima, em cotejo com a suavidade esplêndida da via fluvial, compensava pelo aproveitamento dos numerosos ribeirões, cujos saltos constituíam o manancial mais útil e econômico de energia abundante, desconhecida dos concorrentes, relata Corrêa Filho.

Mais tarde, foram introduzidas, nas fábricas de açúcar, as rodas hidráulicas de madeira, que auxiliavam na moagem e em outras operações, em época anterior à navegação direta ao litoral, por meio da via platina, depois, via de transportes das primeiras máquinas a vapor, a que se deveu a baixada o seu triunfo.

Em 1775, a indústria açucareira iniciada por Almeida Lara achava-se quase extinta, em função dos pesados tributos e impostos sobre os engenhos. Em meados do século XVIII, Gonçalves da Fonseca, explorador português, escreveu, em *“Notícia de Mato Grosso e Cuiabá”*, que na Vila e em seu distrito havia dezesseis engenhos de fabricar aguardente de cana, cujo trabalho reunia três mil escravos de Guiné.

Após quatro décadas, o naturalista baiano Alexandre Rodrigues Ferreira anotava em seus rascunhos a existência de estabelecimentos agrícolas dedicados aos canaviais, sendo, no distrito de Vila Bela, treze engenhos de aguardente, três de açúcar e rapadura e, no distrito de Cuiabá, vinte e quatro engenhos de aguardente e vinte e dois engenhos de açúcar e rapadura.

Depois da Independência (1822), Luís D’Alincourt elaborou a monografia intitulada *“Resultado dos Tra-*

balhos e Indagações Estatísticas da Província de Mato Grosso”, onde descreveu a indústria açucareira assim constituída:

LOCAIS	ANOS	CANADAS DE AGUARDENTE	ARROBAS DE AÇÚCAR	MILHEIROS DE RAPADURAS
Cuiabá	1825-1827	40.707	22.359	556.000
Diamantino	1825-1827	7.790	2.950	132.000
Mato Grosso	1825-1827	14.490	9.228	284.000
TOTAL	-	62.987	34.537	972.000

Fonte: CORRÊA FILHO, ANO 1945, p. 26.

Segundo Corrêa Filho, os Engenhos existentes seriam maiores em terras cuiabanas do que no de Vila Bela e, por conseguinte, em Diamantino.

Em relatório de 13 de janeiro de 1852, Augusto Leverger, presidente da Província informava que o desenvolvimento da cultura da cana e a preparação dos seus produtos haviam melhorado, apesar do desconhecimento das inovações em outras partes do mundo, em função dos impedimentos fluviais.

Com o aparecimento das moendas de ferro, foi dado início à iniciativa industrial, promovida pelo trânsito fluvial que proporcionou a fundação da primeira usina açucareira, por meio da navegação do Rio Paraguai, pelas mãos de Francisco Antônio Pimenta Bueno, engenheiro incumbido, pelo governo, de pulsear, em 1879, a vida econômica da província. Até aquela época, as moendas eram movidas a bois e algumas com força motriz, o que limitava as safras de açúcar, rapadura e aguardente.

A franquia do Paraguai à navegação prolongada até a Capital mato-grossense, contribuiu, sobremaneira, para evitar maiores empreendimentos no planalto, cuja estrada deixaria de ser via única de viajantes e mercadorias, do mesmo passo que intensamente canalizava, para Rio Abaixo, os industriais progressistas. A partir de 1856 é aberta a navegação pelo Rio Paraguai e o comércio internacional passou a incluir

Mato Grosso, como mercado consumidor e exportador de matérias-primas.

Francisco Antônio Pimenta Bueno, em 1880, já informava a introdução da máquina a vapor na indústria açucareira, um serviço importante para Mato Grosso.

A Lei de 13 de maio vibrou o golpe de misericórdia nos remanescentes da Chapada, onde predominava a escravaria emancipada, anulando a supremacia serrana frente ao crescimento de Rio Abaixo, valorizado pelas usinas açucareiras em função de produzir, para imediato consumo, produtos de qualidade, somadas à usina de Ressaca, nas vizinhanças de Cáceres, no vale do Paraguai, de Santa Fé, no município de Poconé, Santo Antônio, Limitada, em Miranda, além das engenhocas agrupadas à beira do Cuiabá, cuja matéria-prima advinha das canas Caiana, Salangor e de outras variedades.

A expansão industrial da usina açucareira em Mato Grosso, a partir de 1880, impulsionada pela importação das máquinas a vapor, iniciada no engenho da Conceição, multiplicaram os estabelecimentos açucareiros ao longo do Rio Cuiabá, admirável centro de atividade industrial, especialmente entre maio e outubro, época de safras, quando se avivava a população ribeirinha em suas moendas insaciáveis, proporcionando o aparecimento, no ambiente social, de nobre classe, a qual imitava o baronato feudal, seja em costumes, gestos ou autoridades. Seus “vassalos” eram abrigados, com proteção, de quaisquer delinquências. Havia entre eles os capangas, incumbidos de zelar pela vida do patrão, além de policiar os estabelecimentos açucareiros. Eram-lhes garantidas alimentação, não lhes sendo permitido ausentar antes da quitação de suas dívidas, em geral crescentes, daí ser a fuga, muito usual, punida com castigos, aos moldes do trabalho hoje denominado de escravo.

O apogeu de tal regime concretizou-se na Usina do Itaicy, iniciada festivamente em 11 de junho de 1895,

onde foi montado o mais possante conjunto mecânico entre quantos operavam no Rio Abaixo.

À época, dominava na política estadual, o situacionismo poncista, que a dissidência murtinhista resolveu destronar, amparada pelo governo federal, cuja orientação financeira Joaquim Murtinho sustentou com saber e força, obtendo apoio do organizador da Itaicy, Totó Paes, além da adesão de seus clientes e do seu núcleo populacional:

O rompimento ocorrido entre o então senador Generoso Ponce e a poderosa família Murtinho culminou com episódios de luta armada e com o cerco da Assembleia Legislativa, levando à renúncia o então presidente estadual Cesário de Figueiredo. A liderança dos grupos armados foi assumida precisamente por Totó Paes, comandante da denominada “Legião Campos Sales”. A vitória no campo militar elevou o até então usineiro à condição de líder político, tornando-o o principal sustentáculo armado do governo de Antônio Pedro Alves de Barros, que, apesar da similitude do sobrenome, não era membro de sua família”. (CPDOC. *Paes, Totó*. fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PAIS,%20Totó.pdf).

Em 1906, por fim, contribuiu para o desgaste de Totó Paes com a família Murtinho. A aliança, construída em 1899, foi aos poucos se deteriorando, e a perda de apoio político de personagens com expressivo trânsito junto ao governo federal, bem como o reatamento de relações dos Murtinho com Generoso Ponce, fragilizaram sobremaneira a posição de Totó Paes.

A confluência desses fatores produziu o isolamento do presidente do Estado, agravado pela derrota nas eleições federais de 1906, revelando a fragilidade de sua base, na representação federal que o apoiara, a qual ficou extremamente reduzida. Em 1938, o “*Anuário Açucareiro*” registrou, no Estado de Mato Grosso, até 31 de dezembro de 1937, a existência de 11 usinas açucareiras com tur-

binas e vácuos; 8 usinas só com turbinas; 80 engenhos de açúcar e rapadura, 77 engenhos, exclusivamente de aguardente, num total de 176 estabelecimentos. A respeito do capital investido por esses industriais, chegou ele ao montante de 7.432:800\$000, cujos dados descreve como incompletos, em função do anuário não ter recebido informações de alguns usineiros, destacando, como Aricá, Conceição, Flechas, Santo Antônio, Santo Antônio Limitada, São Benedito (Ex Itaici), São Miguel, Ressaca, Santa Fé, São Gonçalo e Taquaruçu.

Conforme Corrêa Filho, depois de ascenderem progressivamente, as usinas decaíram em suas produções, motivadas por variadas situações, dentre elas, as decorrentes das perturbações advindas de tropelias policiais, as quais contribuíram para desorganizar o trabalho rural, especialmente à beira do rio, em busca de devassas abusivas. Esses deixaram os estabelecimentos desfalcados dos principais usineiros que se encontravam hospedados no quartel da Força Policial em Cuiabá, refletindo inquietação entre patrões e camaradas, com reflexo na produção final. Semelhante situação foi se agravando, ainda mais com a Revolução de 1932, mediante a investida pelo General Bertholdo Klinger (1884-1969)⁴¹ que se mobilizou contra a Capital. Além disso, adiciona-se o colapso nas lavouras, onde os lavradores tiveram que recorrer para substituição dos tipos usuais pela variedade da cana “Java”, uma vez que não havia institutos de crédito a que pudessem recorrer os interessados idôneos para os melhoramentos de seus engenhos, bem como o aparecimento do Instituto do Açúcar e do Álcool, que fixou as quotas de produção por cada fabricante. Era o fim anunciado da indústria açucareira em Mato Grosso.

41 Fundador da Defesa Nacional em 1913. Chefe das Tropas Legalistas que combateu a Coluna Prestes em Mato Grosso, em 1925.

CULTURA ALGODOEIRA

Para Virgílio Corrêa Filho, a cultura algodoeira passou despercebida frente às indagações dos primeiros cronistas de Cuiabá, a exemplo de J. A. Cabral Camelo que, ao relatar sobre os índios Parecis, informou apenas que em suas roças as mulheres se utilizavam da árvore do “Tucum” para tecer redes e cobertores, no triênio anterior a 1730. Decorridos 20 anos, o mesmo silêncio foi mantido pelo cronista José Gonçalves da Fonseca, de quem provém a “*Notícia da Situação de Mato Grosso e Cuiabá*”.

Até que, em 1787, Ricardo Franco de Almeida Serra informou em seu “*Diário de Reconhecimento*” que, no povoado de Albuquerque, atual Corumbá, em roça, havia “muito algodão”, que ali mesmo era fiado, tecido e depois levado para Cuiabá, ensaiando, assim, o início da cultura algodoeira, inclusive, espalhada para as fazendas vizinhas e introduzidas ao regime econômico da época, mesmo que fosse para consumo interno, cobrindo despesas com artigos de importação, a exemplo das ferramentas, exigências culinárias, vestimenta e outros.

O algodão era trabalhado em teares primitivos, onde a habilidade manual do tecelão desempenhava a tarefa industrial, transformando as fibras em pano resistente para vestimenta dos trabalhadores.

Georg Heinrich von Langsdorff, acompanhado de Hercules Florence, segundo Corrêa, informou que a cultura algodoeira, desde Camapuã – a 9 de outubro de 1826, em meio do divisor de águas do Paraná e Paraguai, aos aldeamentos dos Apiacás, no Arinos – verificou-se abundante a plantação do algodão, dentre outras lavouras existentes. Luís d’Alincourt testemunhou, também na mesma época: “[...] o pano de algodão que é muito bom, fazem algumas rendas, e louças para o seu uso”.

Assim, Florence, desenhista e cronista fidedigno, deu prova cabal da cultura algodoeira, explorada em

suas diversas fases, do plantio à transformação industrial e aplicação imediata no mercado da época. Ali se iniciava o ciclo integral da planta, cujas fibras iriam urdir o único tecido ou, pelo menos, o mais utilizado pelos habitantes e, ao seu próprio sustento.

Após essa constatação, a expedição organizada por Langsdorff tomou o rumo de Cuiabá e, foi bem recebida pelo presidente de Província José Saturnino da Costa Pereira (10/09/1825-03/05/1828), por ser um homem muito interessado em expedições científicas. Nessa época, a capital contava com 6.000 habitantes, onde, no centro, havia apenas duas dezenas de casas assobradadas, enriquecidas pela pomicultura, onde cada casa tinha nos fundos um pomar de laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, cajueiros e tamarindeiros, dando às residências aspecto risonho e pitoresco. O forasteiro, com a curiosidade peculiar, não deixou de registrar que as condições econômicas regionais eram baseadas em ouro e diamantes, com diminuta exportação de açúcar e tecidos de algodão, o qual tinha como destino o Pará.

A Capital, à época, produzia, além do açúcar, algodão, feijão, milho, mandioca e tamarindo. No entanto, se limitava à exploração das minas e ao fabrico do algodão grosso, de que se vestia a gente pobre, observou Florence.

Em 31 de março de 1828, a flotilha exploradora zarpuou para os domínios dos índios Apiacás, que já não estranhavam o convívio com os civilizados. Apesar de andarem nus, sabiam tecer algodão muito fortes e cerrados, e cuja trança cobria a fiada. Teciam também redes, braçadeiras, suspensórios, mas nada que fosse coisa de cobrir-lhes a nudez.

Nesse movimento exploratório, o viajante sagaz, Hercules Florence, que varou o território, da foz do Rio Pardo no Paraná, ao Tapajós e Belém, em suas frequentes excursões no Pará, percebeu sinais da presença do algodão, tanto em Camapuã como no planalto sulino,

além de Cuiabá, na região central da Província, mas também no vale do Arinos até Diamantino.

Assim, a cultura algodoeira foi espalhada, restringindo a importação de tecidos e peças mais finas e, utilizando das hábeis mãos de obras da escravatura que tecia o algodão em aparelhos manuais, cuja indústria rudimentar foi derrocada pela abolição e a concorrência, principalmente, dos tecidos importados advindos da navegação franqueada pelo Rio Paraguai, desestimulando a plantação do algodão. Esse fato foi notado em 1908, na “Exposição Nacional”, no Rio de Janeiro, com o objetivo de balancear os recursos naturais do país e o seu desenvolvimento industrial, quando a carência de amostras do algodão evidenciou o abandono do seu plantio.

Por outro lado, nascia a tentativa do plantio do algodão na “Colônia da Imaculada Conceição”, próxima ao atual município de General Carneiro, onde os padres salesianos montaram um fábrica de tecidos para aprendizagem e prática dos índios Bororo, que a povoavam. O algodão figurava em caroço, em rama e aplicado em peças de ensaio de teares recém-instalados.

Após, houve outras tentativas de plantio do algodão com objetivo diferente do primitivo, o de exportar para as fábricas litorâneas, porém havia total desconhecimento da técnica especializada, a principiar pelo tipo vegetal preferido pelos industriais e os meios eficientes para se evitar as pragas da plantação. Os industriais, à época, obtiveram o auxílio de Pedro Celestino Corrêa da Costa (22/01/1922-24/10/1924), segunda vez presidente de Mato Grosso, o qual obteve mudas de plantas que resistiriam ao abandono, submetendo-as à apreciação da “Superintendência do Algodão”, que reconheceu na variedade mato-grossense de algodoeiros espalhados pelos distritos agrícolas, o mesmo *Gossypium brasiliensi*, esse, fornecedor de boas fibras e menos sujeito à ação dos inimigos. Porém, devido

a carência de recursos, por parte do governo, o algodão ficou novamente órfão dos cuidados do governo, permanecendo, como de costume, entregue à sorte. Essas crises foram agravadas pelo colapso econômico de 1929, com tristes consequências depressoras em todos os ramos de atividade.

Após esse colapso e contagiado pelo sucesso da lavoura algodoeira de São Paulo, em 1929, Mato Grosso se dispôs a empreender a cultura do algodão, especialmente no Sul, com a promessa estonteante de farta colheita. Assim, foi mantida a plantação em municípios próximos da capital, como Poconé, cuja capacidade produtiva avultaram com rigor expansão, pois as culturas eram estimuladas pela vizinhança da via férrea, capaz de escoar a produção até os portos litorâneos.

Na avaliação de Corrêa Filho, o homem era operoso e a terra afeiçoada ao cultivo algodoeiro, sendo que o que faltou foi organização racional do trabalho no trato com a cultura algodoeira para que, da chapada maracajuana ao vale do Cuiabá, em suas mais altas ramificações, alvejasse a malvácea, que tanto reclamava a civilização, o que não aconteceu.

CULTURA CAFEIEIRA

Em relação à cultura cafeeira, Virgílio Corrêa Filho inicia historiando as passagens de estudiosos à cata da plantação e vai encontrar vestígios da espécie nos escombros da edificação do Forte do Príncipe da Beira, erguido pelo capitão-general Luiz de Albuquerque, conforme apontamentos do General Rondon que, à época, resolveu restaurar o local, há tempos abandonados. Quando da limpeza, avistou, com surpresa, entre as demais árvores, o aparecimento de cafeeiros, que se tinham tornado silvestres, provando, assim, que nesse local desenvolvera o plantio de cafezais, cujas mudas, provavelmente, foram trazidas do Pará, via fluvial guaporeana, em ligação periódica de Vila Bela com Belém.

O desenhista Hercules Florence, ao passar por Cuiabá, já havia relatado que “As produções do país são a cana, da qual se extrai o melhor açúcar do Império, o fumo que é excelente; o algodão, o café, milho, mandioca e tamarindo, que aí se acha em abundância, onde, em qualquer outra parte do mundo se faz uma massa para exportação”. Por outro lado, relata Virgílio que o desenhista da Comissão Langsdorff, mais tarde, também observou em Jacobina, rica fazenda no caminho de São Luís de Cáceres, onde, “[...] o principal gênero de cultura era o de cana-de-açúcar, seguidas de mandioca, feijão, milho etc..., e o café para o consumo somente no país”. Esse fato foi confirmado pelo Coronel João Pereira Leite, quando exclamou a existência de: “Magníficos pés de café e cacau eu vi em Jacobina”, concluiu Leite.

Em 23 de agosto de 1823, quando foi nomeado para a “Comissão de Mapas, Estatísticas e Topografias”, Luís d’Alincourt retornou a Mato Grosso, para estudar as condições administrativas e sociais da província e, elaborou um relatório a respeito da vida mato-grossense naquela época, onde precisou a existência da produção da cultura cafeeira assim:

Cuiabá produziu no ano de 1825 - 157 arrobas; em 1826 - 163 arrobas e, em 1827, 149 arrobas, totalizando 469 arrobas de café. Em Diamantino, nos mesmos anos, foram produzidas 86 arrobas e, em Mato Grosso um total de 318 arrobas da cultura cafeeira” que, Augusto Leverger – Presidente da Província, em 13 de janeiro de 1853 comentou: “Consome-se nesta cidade bastante chá e café, entretanto que aquele é todo importado de fora da Província, o preço deste oscila entre 10\$000 a 20\$000 a arroba, preço exorbitante, atendendo a facilidade e pouco dispêndio com que se pode cultivar. (D’ALINCOURT, Relatório, p. 73; CORRÊA FILHO, V., 1945, p. 74)

Sobre o mesmo assunto, Estevão de Mendonça em suas valiosas “*Datas-Mato-grossenses*” (1919, p. 337),

informava: “Em 19 de junho de 1876, é pela primeira vez exposta à venda no mercado público de Cuiabá uma partida de café, colhida no distrito da Chapada, no sítio denominado BOMFIM, de propriedade de José de Lara Pinto”, cujo plantio começou em 1871, com oito mil mudas e teve a primeira colheita três anos depois, arrecadando cerca de 50 alqueires, crescendo a produção, em 1875, a 240 alqueires, e ao dobro em 1876, cuja partida, exposta à venda, foi adquirida pelo negociante João Baptista de Almeida Filho, o qual enviou a Londres, a firma Knowles & Foster uma amostra, solicitando o parecer sobre a qualidade e o valor do produto. Em 16 de novembro de 1876, a mesma firma respondeu que a amostra do café se assemelhava ao café produzido em Santos, aproximava-se dos cafés produzidos por Salvador e Nicarágua, sendo de boa cor, um esverdeado vivo com tendência para o vermelho, bom para qualquer mercado, sendo o único defeito a pequenez da baga, cujo valor poderia variar de 85 a 87 *shillings* por 112 libras.

Corrêa Filho chama a atenção do leitor de que seria errôneo concluir que só em 1876 tivesse iniciada a exploração mercantil do café chapadense, lembrando que o engenheiro Francisco Pimenta Bueno, quando em Comissão do Ministério da Agricultura, no ano de 1880, afirmou:

No distrito da Chapada e na Serra de S. Lourenço, as terras são bastante férteis; o café produz perfeitamente nessas alturas e, também, outros gêneros de cultura”. [...] A produção do café e fumo está muito aquém do necessário para o consumo. [...] Na Serra da Chapada, o café tem produzido muito bem; os terrenos são apropriados e o clima excelente.

Porém, percebe-se que o cafeeiro não prescindia dos cuidados do lavrador, ao contrário, exigia imperiosamente para recompensar em proporção e, Mato Grosso não dispunha de elemento humano para semelhante

cultura que chegou na região serrana, mais próxima de Cuiabá, em torno da Chapada, antes de 1889. No entanto, a abolição afastou os escravos dos cafezais, os quais se transformaram em mato, onde se encontravam com facilidades mudas aproveitáveis.

Em 1924, bastou o presidente Pedro Celestino contratar a abertura da rodovia Cuiabá-Chapada, iniciada em junho do mesmo ano, para que vários agricultores se animassem a procurar novamente o planalto para o cultivo do café. Do outro lado, maior estímulo recebeu sua porção sul do então Mato Grosso uno que, com a Estrada de Ferro Noroeste que estimulou o crescimento notável do café em Campo Grande e, do mesmo modo, em Rondonópolis, aproveitando a facilidade da navegação pelo Alto São Lourenço, além do braço Bororo, ensaiando o desenvolvimento da lavoura cafeeira.

Em 1936, em Mato Grosso, a plantação do café abrangia 590 hectares, com uma produção estimada em 4.000 sacas de 60 quilos. No mesmo período, registrou-se a exportação de 300.000 quilos, no valor de 815.115 contos de réis.

Por fim, Corrêa Filho informa que o café que os navios apropriados à navegação do Rio Paraguai recebiam em Porto Esperança, para transportá-lo às republicas platinas, procedia, em geral, da região noroestina de São Paulo e transitava apenas em Mato Grosso até o porto de embarque, uma vez que a produção do Estado mal dava para o consumo regional, em função da escassez da mão de obra regional.

A POAIA DE MATO GROSSO

Segundo Corrêa Filho, a ipecacuanha é uma planta americana de conhecimento das tribos indígenas, cujo alcaloide contém a emetina que, após separada, se transforma em agente terapêutico. A presença da poaia facilitou o comércio com os índios da região do Alto Rio Doce para o Rio Pomba, distante um do outro a 53,7

km, em Minas Gerais, no ano de 1766. A referência à planta está presente nos escritos do botânico C. P. F. Von Martius⁴², que, ao seguir de “Vila Rica à aldeia dos índios Coroado, na margem do Rio Xipotó”, em abril de 1818, anotou em sua obra “*Viagem pelo Brasil*”⁴³: “Para o botânico, são estas matas muito importantes, sobretudo pela riqueza em plantas medicinais, embora a constante umidade não favoreça a colheita das plantas. A verdadeira poaia é aqui achada em abundância”.

A ipecacuanha foi encontrada fartamente na maior parte da Serra do Mar, desde o Rio de Janeiro até o Norte, na Capitania da Bahia, nas matas úmidas, em lugares sombrios, cujas raízes eram colhidas pelos índios e pelos negros, escravos dos fazendeiros da vizinhança e, depois, levadas à exportação, relatou Martius. A planta, além da Serra do Mar, aflorou na Bahia, no Pará e, principalmente, em Mato Grosso, espécie inscrita nos anais botânicos de Richard Francis Burton⁴⁴, com o título de *Cephaelis ipecacuanha*.

Frederico Carlos Hoehne (1882-1959)⁴⁵, que examinou o seu habitat, assim descreveu a ipecacuanha: “A verdadeira “Poaia”, ou Poaia preta” ou “Ipecacuanha verdadeira” é a citada *Cephaelis ipecacuanha*, que primitivamente aparecida nas matas da Serra do Mar, na Bahia, no Mato Grosso e Pará. Em Mato Grosso foi encontrada na Serra dos Parecis, vertentes do Guaporé e cabeceiras dos rios: Ji-Paraná e outros no planalto do extremo ocidental daquele Estado, mostrou o “*Mapa Fito fisionômico de Mato Grosso*”, publicado em 1922,

42 C. P. F. Von Martius, famoso naturalista bávaro

43 Edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com tradução de Da. Lúcia Lahmeyes. In: Corrêa Filho, Virgílio. *Indústrias Matogrossense*. 1945. P. 84.

44 Viajante, poliglota e estudioso dos costumes, Burton é um escritor britânico que foi cônsul no Brasil de 1865 a 1868.

45 Foi um botânico brasileiro, defendendo a proteção da natureza durante toda a sua vida, sendo o pioneiro no tema entre os cientistas do país. Também fora escritor e diretor de instituições específicas, como o Instituto Butantã, o Instituto de Botânica de São Paulo, o Zoológico de São Paulo e o Museu Botânico Dr. João Barbosa Rodrigues.

pela Comissão Rondon, no Rio de Janeiro. “É uma planta pequena, herbácea, as raízes são carnosas, aneladas e um tanto onduladas, chegando a ter de 20 a 40 centímetros, com flores, onde os frutos, pequenas bagas, são colhidos por um pássaro chamado “poeiro” que as comem e depois espalha as sementes por meio das fezes”.

A poaia foi notada pela primeira vez em Mato Grosso no vale do Paraguai, possivelmente em um dos seus afluentes, o Rio Areias, por José Marcelino da Silva Prado, morador de Diamantino, explorador de cascalhos a procura de ouro e diamante, cuja proibição, a partir de 1805, foi decretada pela coroa portuguesa.

Após a decadência dessas minas, José Marcelino da Silva Prado, nascido em 1820, o sexto filho de José Pedro da Silva Prado⁴⁶ e Maria Rodrigues de Toledo Manil, nas suas explorações do rio Areias, ou Afonso, pôde notar que os seus garimpeiros usavam, quando doentes, de um chá preparado de um certo arbusto, muito comum naquela região e que provocava propriedades vomitivas. Colheu uma certa quantia e solicitou a um comerciante da Vila Maria, hoje cidade de Cáceres, que remetesse a amostra à Europa, para análise. Era o princípio da indústria extrativa da ipecacuanha, em Mato Grosso.

Corrêa Filho chama atenção dos leitores quando informa que nessa década já havia passado por Mato Grosso o botânico, Ludwig **Riedel**⁴⁷, que proporcionou a Luiz d’Alincourt a relação das plantas identificadas, pelo seu olhar arguto, entre elas, a poaia, a qual já existia e pagava 5% de dízimo, em 1837, ao erário provincial, advinda da sua extração no distrito de Vila Maria (Cáceres).

46 Chegou em Cuiabá em 1807. Seu filho Luiz da Silva Prado nasceu em 1812.

47 Foi um botânico alemão que chegou ao Brasil em 1811 com a expedição do barão Langsdorff. Ao final desta (1825-1829), Riedel radicou-se no Rio de Janeiro, ocupando o posto de diretor do Jardim do Passeio Público.

A ipecacuanha preferia como pátria as ribas ocidentais da Província e as cabeceiras do Guaporé e do Paraguai e Cabaçal, até o Jauru, locais conhecidos como “mata da poaia”, a frondosas florestas que cobriam as margens desses rios, conforme João Severiano da Fonseca, em sua “*Viagem ao Redor do Brasil*”, de 1875 a 1878; mas a verdadeira mata da poaia abundava além do Rio dos Bugres, segundo, afirmou o governador Antônio Corrêa da Costa.

Em fins de 1879, F. A. Pimenta Bueno informava que, “A indústria extrativa oferece margens para grandes resultados, mas é também contrariada pela falta de braços e de capitais, pela distância, pela dificuldade de transportes e, finalmente pela pouca segurança individual, a cada momento sujeita aos assaltos dos bugres”. “Nos distritos de Diamantino e Vila Maria até Cipotuba (hoje Tenente Lira) limitam-se à extração da poaia, cuja exportação varia segundo os preços das praças da Europa, por intermédio do Rio de Janeiro e Montevideú”, onde estavam empregados os bugres mansos da tribo Pareci. Naquele período, a coletoria de Corumbá registro a passagem, pelo porto fluvial, de 35.358 km, o que oficialmente correspondia ao valor de 70:810\$000.

Manuel Experidião da Costa Marques, engenheiro e colega de Corrêa da Costa, apontou que “Em todas as matas do Rio Paraguai, acima da foz do Jauru, se extrai poaia há mais de trinta anos”. [...] tem-se mesmo exportado anualmente até cinco mil arrobas. De quatro anos a esta parte tem diminuído a exportação, porque aquela raiz tem-se tornado mais escassa”.

A Comissão Rondon alargaria sobremaneira a área de expansão da planta valiosa, cuja exportação, condicionada às oscilações de cotações, visto que, entre os Anos de 1928 a 1937 foram produzidas 475 toneladas de poaia, ao valor de 10.721 contos de réis, com 1.641 direitos nessa moeda. Dessa forma, Mato Grosso dei-

xou de exercer incontestável impulso em centros científicos de nomeada mundial, para onde a destinam os exportadores, conforme conclui Virgílio Corrêa Filho.

A INDÚSTRIA SERINGUEIRA

De acordo com Virgílio Corrêa Filho, a indústria seringueira adveio da Amazônia que, desde 1827, pelo menos, começou a figurar nas estatísticas de exportação com a sua borracha, embora em quantidade ainda diminuta. Estevão de Mendonça, conforme Corrêa Filho, em “*Datas Mato-Grossenses*”, informava que em 15 de dezembro de 1872 partira de Cuiabá com destino a Paris o negociante Martins Guilherme, conduzindo a primeira amostra de borracha mato-grossense, extraída no Rio Preto, afluente do Arinos, por José Sabo Alves de Oliveira. Da mesma procedência, foi enviada amostra para a Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional que, em 3 de março de 1874, com o seguinte parecer: “[...] na província de Mato Grosso abunda a seringueira [...] nas margens do Rio Preto, dando resultado satisfatório animando algumas pessoas a prosseguirem em tais explorações”, cita Corrêa Filho.

No processo da seringa, uma junta de doutos, constituída de dr. Antônio Corrêa de Sousa Costa, dr. Agostinho José de Sousa Lima e Américo Rodrigues de Vasconcelos informavam que “[...] o emprego do alume, como meio de operar a coagulação da seiva da seringueira, é muito vantajoso, não só porque dá esse resultado um produto muito mais belo, como pela grande economia de trabalho, que torna esta indústria mais lucrativa”, utilizando para isso a pedra ume, em vez da defumação usual na Amazônia.

O artigo estampado no “*Álbum Gráfico do Estado de Matto-Grosso*” informava que:

[...] logo após a guerra do Paraguai, o major José Vieira da Silva Coqueiro, brasileiro, celibatário, [...] em seus primeiros ensaios no lugar denominado

Água-Fria (Pulador), hoje região de Chapada dos Guimarães, coagulava o látex pela fumigação, onde cascas de piúva ou cocos de acuri forneciam, pela combustão, a fumaça a que era exposta a pá especial de madeira, depois de mergulhada no depósito da colheita do dia. Ao final de dois anos, passou a trabalhar no Juruena, no lugar Ilha-Comprida logo abaixo a foz do Arinos.

José Sabo Alves de Oliveira, coronel da Guarda Nacional, carioca, nascido em 1840 e residente em Diamantino, começou a extração a borracha com a ajuda de quatro homens.

Em 1872, Martim Guilherme, francês, residente em Mato Grosso, introduziu na coagulação do látex o processo do alume, no mesmo sítio de Água-Fria, cujo sistema passou a ser adotado em toda região. Com opiniões favoráveis de consultores idôneos sobre a indústria da borracha, Antônio Bruno Borges extraiu das matas do Rio Novo maior partida do produto, estimulando as transações mercantis com atraentes lucros financeiros.

Com a facilidade do sistema fluvial abriu-se em leque as vias eficientes de comunicação, pertencente ao Guaporé, onde o capitão Antônio Rodrigues de Araújo, escolheu o S. Simãozinho para a sangria das seringueiras, seguido de concorrentes, que preferiram o S. Miguel, os arredores de Pedras Negras, ou qualquer sítio, livre ainda de apossamento. Os dois empreendimentos assinalaram os núcleos de cristalização em torno do produto seringueiro ensaiando assim, a promissora indústria, em Mato Grosso.

Os produtos seringueiros advindos da produção guaporeana e obtidos com a técnica amazônica da defumação, rodavam pelo rio até ao trecho encachoeirado, distendido de Guajará-Mirim a Santo Antônio, antes de ser flanqueado pela via férrea e, daí prosseguiam, em navegação desimpedida, as cargas procedentes das re-

giões centralizadas por Diamantino, que transpunham o divisor de águas e exigiam meios diversos de condução.

Foram vários os obstáculos para o transporte da borracha. Do vale do Arinos a Cuiabá, do Juruena, do Paranatinga, das cabeceiras do Xingu, a distância a percorrer pelos cargueiros, estimada em 26 léguas, seria percorrida em um dia de viagem, nas lanchas movidas por motores de explosão, capazes de rebocar dois ou mais barcos atestados de borracha.

Antônio Bruno Borges, no Rio Quilombo, Serra Acima, fazia o comércio por meio da exploração dos seringais dos rios Verde e Novo, onde as pranchas regulares, enformadas, eram colocadas nas cangalhas que iam, ao chouto dos cargueiros, por léguas e léguas, até a residência principal. Daí, em carro de boi, desciam para o planalto do Porto de Cuiabá e eram embarcados para Corumbá, dando às cargas o seu destino final. O preço pago por Martim Guilherme, de 22\$000, mal dava para cobrir os gastos do industrial, que desistiu do negócio.

Em 31 de outubro de 1884, Floriano Peixoto fez aprovar a lei que deixavam livres os direitos municipais e provinciais, por cinco anos, da borracha extraída na Província, ao que hoje conhecemos como incentivos fiscais dados pelo governo aos produtores rurais e indústrias diversos. Cáceres correspondia a Cuiabá, na função centralizadora da colheita. Pelo rio Cuiabá, ao som das correntes, ou pelo Paraguai, às remessas dos exportadores, rodavam até os transatlânticos, no extremo da linha fluvial. Em quatro dias de viagem alcançavam Corumbá. Com mais dez passavam a Montevideu. Os vinte derradeiros decorriam na travessia atlântica até Londres ou Hamburgo, onde eram negociadas.

Mediante situação difícil dos industriais, o presidente da de Mato Grosso José Miranda da Silva Reis sancionou, a 30 de maio de 1874, a lei que fomentou

a extração da borracha premiando os principais produtores para as primeiras duas mil arrobas exportadas. Porém, em 3 de dezembro de 1888, o presidente Francisco Rafael de Melo Rego editou nova lei sobre a produção da borracha, retirando dos industriais os incentivos fiscais, gerando instabilidade na nascente indústria mato-grossense.

A diversidade dos meios de transportes não era a única diferença entre os aspectos da indústria seringueira na Amazônia e em Mato Grosso. Em relação à extração do líquido e seu beneficiamento ulterior, também apresentavam modalidades peculiares. Já avultava no Norte a grita contra os processos exaustivos de sangria, em amplexo mortal, e não aplicavam ainda os seringueiros do Sul processo menos devastador, dificultando a restauração dos tecidos dilacerados, mingando a produção dos distritos de Cametá, de Marajó, do baixo Madeira, onde alvorecera a indústria seringueira.

Em Mato Grosso, era o mesmo primitivo processo indígena que logrou maior aceitação, ainda às vésperas da derrocada estonteante em que soçobraram as empresas industriais. Sabedores precavidos denunciavam o perigo, que se aproximava.

Wenceslau Belo, em 1907, ao balancear as atividades econômicas do Brasil, “[...] que lhe pudesse proporcionar o reino vegetal, explanou longamente o que sabia a respeito da seringueira e de sua utilização industrial. No estrangeiro, escreveu: “essa cultura já é uma realidade, porquanto as Índias Orientais já cantam vitória com seus milhões de héveas, produzindo borracha de superior qualidade”. Informava também que já existiam nas colônias europeias cerca de 28 milhões de héveas cultivadas, porém acrescentou que o Brasil era hegemônico na produção da seringa.

Corrêa Filho informava que tais apontamentos levaram as autoridades brasileiras e os próprios in-

dustriais a uma ilusão de prosperidade infindável, até porque os mercados europeus já eram sacudidos pela produção da borracha Oriental. Em 1906, os plantadores orientais enviavam aos empórios somente 510 toneladas de borracha, e a produção brasileira orçava 36.000, acima da contribuição dos demais concorrentes, que, em conjunto, não dariam mais de 29.700. Nesse cômputo, Mato Grosso entrava com cerca de 1.000 toneladas. Nos anos seguintes avultava o contingente oriental, estacionava ou reduzia-se a remessa brasileira, senão em quantidade, seguramente em valor. Enquanto se avolumava a colheita nas plantações asiáticas, ampliando de igual passo o consumo, o Brasil angustiava-se na desorganização da sua indústria extrativista, enfraquecendo progressivamente a sua exportação.

Em Mato Grosso, em 1907, a situação da produção, conforme dados estatísticos disponíveis à época, e utilizados por Virgílio Corrêa Filho, indicavam o seguinte desempenho da atividade econômica de exploração da borracha no que diz respeito às exportações do produto pelos portos de Corumbá e do Rio Madeira: a exportação do produto teve um volume de 1.114 toneladas no ano de 1907, alcançou o seu melhor desempenho em 1919, com 4.606 toneladas, no valor de 12.486:094\$000, quando começa então, a sua retratação, chegando à apenas 2.824 toneladas no ano de 1921, no valor de 4.346:146\$000, explicitado em sua página 140, em amplo quadro estatístico.

Após essa derrocada, o governo Federal ainda tentou ajudar com o seu plano de Proteção da Borracha, que não tardou a ser abandonado. Por outro lado, Pedro Celestino tentou acudir a indústria, promovendo a vedação total da taxa da borracha exportada pelo porto de Corumbá. Não bastou. As derradeiras partidas de borracha dessa procedência vendidas em Londres, não cobriram sequer as despesas de transporte e arma-

zenagem. Da trágica derrocada, somente se salvaram os comerciantes que investiram parte do seu capital em lotes de terras. A conquista, pela invasão nipônica, dos territórios cerrou para o mundo ocidental vasto mercado fornecedor da matéria-prima, e proporcionou ao Brasil o ensejo de retomar as suas atividades nos esquecidos seringais, solicitados a contribuir com os seus produtos para a vitória das Nações aliadas.

As promissoras terras de seringais, com as suas paragens fabulosas e que tiveram o seu esplendor, porém, os produtores brasileiros não souberam defender-se a tempo, em função do declínio angustiante devido à carência de organização no mercado da borracha, o que contribuiu sensivelmente para o seu declínio.

A criação do território do Guaporé, em 1943, acabou com a exportação da borracha de Mato Grosso, uma vez que as maiores áreas de seringueiras estavam localizadas naquela região, atualmente o estado de Rondônia.

Em 1953, foi fundada a Superintendência para Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com o objetivo ao incentivo e financiamento da produção regional. Surgiu, então, o Banco de Crédito da Amazônia, que adotou uma política objetiva para o fomento à produção gomífera e a adoção de planos para sua comercialização.

Mato Grosso, em 1961, produzia 1.220 toneladas de borracha para uma produção nacional de 23.000, e a produção tendia a aumentar devido ao cultivo que estava se expandindo. Em 1967 foi criada a SUPERINTENDÊNCIA DA BORRACHA - SUDHEVEA, pela Lei 5.227, sendo o órgão normatizador do setor o Conselho Nacional da Borracha. Essas instituições representaram uma reorientação da política governamental para esta matéria-prima, entendendo a borracha enquanto produto estratégico, o que levou o governo militar a decidir pela intervenção na sua produção e no mercado do

elastômero, com fins de conquistar a autossuficiência em borracha natural.

Em 1972, a heveicultura voltou a Estado de Mato Grosso, que possuía, após catorze anos de trabalho (1958 a 1972), 6.972 ha de seringueiras plantadas, segundo dados do Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural – PROBOR. Contudo, o grau de abandono das áreas de seringa era tal que, para se iniciar o atual período de trabalho com seringal, fez-se necessário buscar material clonal em outros Estados.

Em 1989, após 17 anos de trabalho dos produtores, dados fornecidos pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Mato Grosso – Emater e pela SUDHEVEA, o Estado possuía 41.756 ha de seringais de cultivo. Grandes empresas, como a Pirelli, Bom Brasil, Bonson Amazônia, Michelin instalavam suas usinas nos municípios produtores do estado, de modo a comprar a matéria-prima dos pequenos produtores, contudo, a baixa produção pelo corte operados nos incentivos governamentais acabou afugentando a maior parte das empresas. Nas usinas, fazia-se o beneficiamento primário do látex, que consistia no tradicional processo de lavagem, formação de crepe e secagem.

Virgílio Corrêa Filho encerra a análise da borracha comentando sobre novas tecnologias que surgiram, ocasião em que as usinas passaram a adotar a granulção, que homogeneiza a matéria-prima. Os clones foram sofrendo melhorias genéticas e a produção foi se tornando mais estável e melhorando a qualidade. A produção de borracha ficou estagnada durante todo esse período, mas nunca paralisou totalmente.⁴⁸

48 PAPERS DO NAEA Nº 280-MITOS INTERPRETATIVOS DA HISTÓRIA ECONÔMICA MATOGROSSENSE - Fábio Carlos da Silva, Ivana Aparecida Ferrer da Silva, Belém, junho de 2011.

REFERÊNCIAS

ANAIS do I Simpósio Brasileiro de Cartografia Histórica. *A Memória toponímica da Estrada Real e os escritos dos viajantes naturalistas dos séculos XVIII e XIX*. Passados Presente nos velhos mapas: conhecimento e Poder. Parati 10 a 13 de maio de 2011. Francisco de Assis Carvalho - USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Letras.

CORRÊA FILHO, Virgílio: *Indústrias Matogrossenses. Monografias Cuiabanas*. Jornal do Commercio – Rodrigues & Cia. Avenida Volume V. 1945. Rio de Janeiro. p.144.

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 70-80, jan. | jun. 2014 *A contribuição de F. C. Hohne (1882-1959) para o pensamento agroambiental brasileiro*. ARIEL DE ANDRADE MOLINA Programa de Pós-graduação em Agronomia/Horticultura da Universidade Estadual Paulista | UNESP e LUIZ ANTONIO C. NORDER Universidade Federal de São Carlos | UFSCar.

SILVA, Fábio Carlos da; SILVA, Ivana Aparecida Ferrer da. *Mitos Interpretativos da História Econômica Matogrossense*. Belém, junho de 2011. (Papers do NAEA, n. 280)



Portal São Francisco. [www//google imagens](http://www.google.com/images)